

Ensino Superior em Administração: Discussões e Proposição de Pesquisas Sobre a Permanência Estudantil

Higher Education in Administration: Discussions and Research Proposals on Student Permanence

Jhony Pereira Moraes

Lisiane Quadrado Closs

Silas Dias Mendes Costa

Diogo Henrique Helal

RESUMO

Ao tratar dos cursos ofertados no ensino superior, a literatura tem privilegiado as discussões sobre o acesso a eles e as taxas de conclusão dos estudantes, desconsiderando a permanência estudantil, ou priorizando os aspectos materiais relacionados a ela. Partindo disso, uma revisão bibliográfica sobre o tema indica uma lacuna teórica no que refere aos estudos sobre permanência contemplando fatores simbólicos e culturais. Portanto, o objetivo deste ensaio teórico é discutir sobre o ensino superior em Administração, focalizando a permanência estudantil. Neste sentido, o ensaio contribui com a literatura sobre o tema, apresentando reflexões que compreendem tais fatores. Entende-se que estudar a permanência do estudante no ensino superior é tão fundamental quanto examinar o seu ingresso no curso e a conclusão de sua formação. Ao final das discussões apresentadas, são indicadas possibilidades de pesquisas sobre o tema, com destaque a necessidade de compreender o percurso acadêmico dos estudantes, sua interface com a gestão universitária, as políticas de ações afirmativas e assistenciais, bem como as ações dos estudantes para se manterem assíduos no curso.

Palavras-chave: Permanência Estudantil. Ensino Superior. Graduação em Administração.

ABSTRACT

When addressing higher education programs, the literature has predominantly focused on discussions regarding access to these programs and student completion rates, often disregarding student retention or prioritizing its material aspects. Based on this premise, a literature review on the topic reveals a theoretical gap concerning studies on retention that consider symbolic and cultural factors. Therefore, the objective of this theoretical essay is to discuss higher education in Business

Recebido em: 23/06/2024
Aprovado em: 20/03/2025

Jhony Pereira Moraes 
jhonymoraes@hotmail.com.br
Doutor e Mestre em Administração
UFRGS
Viamão / RS – Brasil

Lisiane Quadrado Closs 
lcloss@terra.com.br
Pós-doutorado no Programa de
Pós-Graduação em Administração
PUCRS e na Melbourne Graduate School of
Education
Porto Alegre / RS – Brasil

Silas Dias Mendes Costa 
silasdiasmendes@gmail.com
Doutor em Administração
UFMG
Boa Vista / RR – Brasil

Diogo Henrique Helal 
diogohh@yahoo.com.br
Doutor em Ciências Humanas: Sociologia
e Política
Universidade Federal de Minas Gerais
FAFICH/UFMG
Recife / PE – Brasil

ABSTRACT

Administration, with a particular focus on student retention. In this regard, the essay contributes to the literature by presenting reflections that encompass these factors. It is understood that studying student retention in higher education is as fundamental as examining their admission and graduation. At the end of the discussion, research possibilities on the topic are suggested, emphasizing the need to understand students' academic trajectories, their interface with university management, affirmative action and assistance policies, as well as the strategies students adopt to remain engaged in their courses.

Keywords: Student permanence. Higher Education. Graduation in Administration.

Introdução

No Brasil, os estudos sobre a permanência estudantil ganham relevância na medida em que se observam registros de melhora nas taxas de conclusão de diferentes cursos de graduação, mas ainda se discute pouco sobre a trajetória acadêmica e os motivos que contribuem para a permanência dos estudantes (Mello et al., 2013). Portanto, tratar dessa temática se mostra relevante, atendendo aos interesses de diferentes atores como pesquisadores, gestores e grupos sociais, que demandam a compreensão das condições mínimas para que estudantes não evadam dos cursos em que estão matriculados (Almeida, 2007).

Pesquisas que tratam da permanência de estudantes em cursos superiores, como as realizadas por Almeida (2007), Silva (2017) e Maciel, Cunha & Lima (2019) destacam que questões de ordem material impactam na decisão e nas possibilidades de **permanência em** diferentes formações, a exemplo de problemas financeiros e, especialmente, da dificuldade em conciliar trabalho e estudo (Ariño & Dalvan, 2018). Contudo, mapear e problematizar as dificuldades simbólicas e culturais contribui para um entendimento mais amplo desse fenômeno.

Mesmo quando são reconhecidos os investimentos públicos e privados, como bolsas e sistemas de crédito financeiro como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), a permanência do aluno ainda pode ser vista como uma barreira. Tal realidade reflete a situação histórica de desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais do país, o que está relacionado à massificação da educação no campo educacional, onde os cursos po-

dem ser oferecidos a partir de uma estrutura física de baixa complexidade, como no caso de cursos como Administração, Pedagogia e Direito, que concentram a maior quantidade de matrículas no Brasil (Bertero; 2006; Fontele; Crisóstemo, 2016).

A proposta deste ensaio direciona a discussão especificamente para o curso de Administração considerando dois pontos fundamentais: o primeiro diz respeito ao fato de que os autores da pesquisa possuem formação na área, o que lhes confere familiaridade com o percurso acadêmico do curso; e o segundo, parte do pressuposto de que o curso representa um dos campos de formação de maior destaque em diferentes níveis de formação — especializações, mestrado e doutorado (Bertero, 2006; INEP, 2018), consolidando-se entre os dez principais cursos com inscrições no PROUNI e no SISU (Souza, Gonçalves & Souza, 2017).

Ao propor uma análise dos fatores simbólicos e culturais da retenção estudantil, promove-se uma compreensão mais efetiva do fenômeno (Almeida, 2007), considerando diferentes dimensões de análise (material, cultural, simbólica e psicológica) e influências como a bagagem cultural que o aluno traz para o sistema universitário, que nesse ambiente é avaliada; e o efeito da socialização familiar na trajetória e ambiente acadêmico de um indivíduo (Ariño & Dalvan, 2018). Portanto, considerar essas questões significa estar atento às rotinas dos estudantes de origem popular, principalmente à medida que aumenta o número de universitários.

O objetivo deste ensaio teórico é analisar a importância dos estudos voltados para a retenção do aluno sob o ponto de vista do curso superior em Administração, enfocando os aspectos simbólicos e culturais que influenciam a permanência estudantil. Nas pesquisas sobre o tema, como as realizadas por Felicetti (2014) e Silva (2017), o foco compreende o ingresso e a conclusão do curso pelos universitários. Outros estudos, ao discutir a permanência dos alunos, priorizam os aspectos materiais (Felinto, 2019; Maciel, Cunha & Lima, 2019). Logo, observa-se uma lacuna teórica nos estudos de permanência, ou seja, falta de estudos focados em fatores simbólicos e culturais (Almeida, 2007), contribuição que pode ser dada a partir da presente proposta.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de um entendimento mais abrangente e multifacetado sobre os fatores que influenciam a permanência estudantil no curso de Administração. Apesar do aumento das taxas de conclusão e dos investimentos em programas de assistência estudantil, a evasão continua sendo um

desafio significativo, refletindo as desigualdades estruturais do país. Compreender não apenas os fatores materiais, mas também os simbólicos e culturais, é crucial para desenvolver políticas e estratégias que efetivamente suportem os estudantes em sua trajetória acadêmica. Este estudo busca preencher essa lacuna teórica, oferecendo insights que podem auxiliar gestores, educadores e formuladores de políticas a criar um ambiente mais inclusivo e equitativo para os estudantes de Administração.

A Permanência Estudantil

É importante definir o termo permanência, pois ele contempla diferentes entendimentos (Maciel, Cunha & Lima, 2019). No campo das instituições públicas de ensino, a permanência é discutida sob a ótica das políticas de permanência ou assistenciais, como estratégias de manutenção e garantia de direitos dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica (Mello et al., 2013; Silva, 2017; Maciel, Cunha & Lima, 2019). Mello et al. (2013) salientam haver uma distinção entre políticas de permanência e assistência estudantil. Enquanto no escopo das primeiras estão as diferentes maneiras de inserção plena na universidade (monitorias, iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos, etc.), a assistência estudantil está contida nas políticas de permanência, mas possuem foco maior na garantia da frequência às aulas e em outras atividades.

Ainda no que diz respeito à distinção entre as políticas de permanência e a assistência estudantil. Mello et al. (2013) e Silva (2017) evidenciam que as políticas de permanência são pensadas para todos os estudantes, enquanto a assistência estudantil volta-se mais ao público em vulnerabilidade social. Por outro lado, é possível ainda que o termo permanência pode estar associado à retenção de alunos, vinculação comum à esfera de ensino privado (Silva, 2017).

A permanência também pode adquirir o sentido de ações dos estudantes para permanecer e concluir os estudos, considerando todos os obstáculos, as dificuldades da trajetória (demandas materiais e simbólicas) e os fatores motivacionais (Felinto, 2019; Maciel, Cunha & Lima, 2019). Felinto (2019) reforça que a permanência não pode ser vista apenas como um ato de persistir, mas uma possibilidade de continuar dentro. Por isso, além das questões materiais, simbólicas e culturais, a autora envol-

ve o aspecto institucional, pois as estratégias de permanência também são dependentes da atuação ativa das instituições de ensino. Nesse contexto, confrontações individualidades-instituição são aparentes e permeiam toda a trajetória dos estudantes, dado que estes ingressam no meio universitário com experiências educacionais (desempenho escolar, por exemplo) e com características familiares (etnia, renda, valores, expectativas, status social) e pessoais prévias (Magalhães, 2013).

Tibola et al. (2012) olham para o fenômeno da permanência a partir da gestão educacional, atentando para a eficiência das ações e das estratégias adotadas no relacionamento com os alunos atuais e futuros, uma vez que estreitar vínculos e relações com eles auxilia na redução da evasão estudantil. Sobretudo porque muitas instituições de ensino superior tendem a investir na promoção de aprendizagens colaborativas e compartilhadas entre os discentes e docentes, algo que incentiva a criação de relações sociais e acadêmicas e corrobora ao aumento das taxas de permanência nos cursos. Indo além, Tibola et al. (2012) consideram relevante compreender os antecedentes da permanência nos cursos de graduação, os quais podem ser investigados de duas formas, conforme os autores: por índices de persistência ou consulta aos discentes sobre intenções e fatores de permanência.

O *background* familiar, as capacidades e habilidades e a escolaridade anterior como características de pré-ingresso ao curso superior. Essas características embasam e consolidam compromissos próprios e com a instituição e intenções com o ingresso no curso. Já em curso, o estudante depare-se com um sistema acadêmico (estrutura, normas, procedimentos etc.) e social de interação, ao qual passa por um processo de integração pessoal e normativa. Há em esforço do estudante em permanecer nesse sistema, que o leva a resultados educacionais (aprendizagem). Esses resultados são confrontados com os compromissos e com os objetivos do início da jornada desse estudante, que avalia, portanto, o resultado alcançado (permanecer ou não) (Nagai & Cardoso, 2017).

Trajetória do Curso de Administração no Brasil

Antes da formalização dos cursos superiores em Administração no país, as Escolas de Comércio, na primeira metade do século XX, assumiram papel relevante na

disseminação dos saberes administrativos em negócios públicos e privados. Foi em 1905, com o surgimento da Academia de Comércio do Rio de Janeiro, da Academia de Comércio de Juiz de Fora e da Escola Prática de Comércio de São Paulo (em 1902), que o ensino comercial foi instituído definitivamente. Essas escolas ofereciam cursos voltados a pessoas de renda baixa ou intermediária, formando-as para posições técnicas ou operacionais da esfera pública e privada. Diante disso, dirigentes da elite brasileira não frequentavam tais formações, restringindo-se, portanto, àqueles em vias de ascensão econômica (Barros, 2017).

A regulamentação dos cursos em Administração pelo Governo Federal ocorreu somente em 1965. Contudo, até o fim dos anos 1950, formações eram oferecidas pela Escola Superior de Administração e Negócios (ESAN), pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), porém, apenas a EBAP, a EAESE e a UFMG atendiam às normas do Ensino Superior vigentes à época. Os cursos superiores em Administração se destinavam inicialmente à área pública, haja vista as demandas do Estado e a dúvida quanto à necessidade de formações para a administração de empresas (Barros, 2017).

Os cursos superiores em Administração no Brasil foram forjados a partir de uma lógica de ensino norte-americana, decorrentes de acordos de cooperação com os Estados Unidos entre os anos 1940 e 1950 (Barros & Carrieri, 2013) que ainda se faz presente. Os acordos envolviam a EBAP e a EAESE (ambas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas, FGV) — consideradas pelos EUA como modelos para outras escolas no Brasil e na América Latina — e pretendiam a consolidação do curso em quatro universidades federais (no Estado da Bahia, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Estado de Pernambuco).

Contudo, permaneceram no programa as instituições federais da Bahia e do Rio Grande do Sul. O apoio à EBAPE pelos Estados Unidos foi intermediado pela Organização das Nações Unidas (ONU), haja vista o seu programa de expansão das escolas de Administração, não estritamente superiores, em países subdesenvolvidos (Barros & Carrieri, 2013). O intuito do primeiro acordo, datado de 1946, era o de equiparação das escolas técnicas nos estados brasileiros sob a importação de teorias, modelos de escolas superior e de formação de professores. Os acordos posteriores tratavam do envio de pessoal técnico norte-americano.

no para o Brasil, do treinamento de pessoal no país e a concessão de bolsas nos EUA (Barros & Carrieri, 2013).

Com a ampliação das escolas de Administração, nota-se que as carreiras plenas na área (as posições ascendentes à alta direção e cargos mais estratégicos, geralmente em multinacionais ou em grandes corporações) tendem a ser realizadas por profissionais formados em escolas ditas de primeira linha, constituídas por indivíduos mais escolarizados, de elevado estrato social e com uma rede de relacionamentos mais qualificada (Bertero, 2006). Sobre o número de matrículas no curso, Moraes (2019) faz uma sistematização dos dados do curso de Administração disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nas Sinopses Estatísticas da Educação Superior entre os anos 2001 e 2017, coletando dados acerca do ingresso, matrículas, concluintes e modalidades de ensino (presencial e educação a distância) nas esferas pública e privada para os cursos de Administração e Administração Pública. O curso de Administração apresenta uma tendência de crescimento entre 2001 e 2009, com um crescimento do número de matrículas em mais de 50% (de 356.156 para 714.489 matrículas). Entre 2010 e 2017 há uma curva que indica tendência de redução gradativa dos alunos matriculados. Em contrapartida, o curso de Administração Pública manteve-se em crescimento constante no mesmo período analisado (2001 a 2017) (Moraes, 2019).

Na esfera pública de ensino, a tendência de crescimento do curso de Administração é menos acentuada quando comparada ao ensino privado. No primeiro caso (ensino público), o número de matrículas salta de 45.606 em 2001 para 76.706 em 2017. No segundo (ensino privado), o quantitativo de matrículas inicial é de 310.550 em 2001 e 405.062 em 2017. Para o curso de Administração Pública, a quantidade de matrículas segue uma dinâmica diferente do curso de Administração: nas instituições públicas e privadas, por exemplo, não há uma redução no número de alunos matriculados entre 2008 e 2009 e a curva de crescimento em ambos os casos é mais evidente. Em 2010 a quantidade de alunos matriculados no ensino público passa a ser superior ao ensino privado e essa diferença tornar-se maior a cada ano depois até 2017, onde a diferença é de mais de 10.000 matrículas. No ensino público, a quantidade de matrículas salta de 5.449 em 2011 para 8.933 em 2012 ao passo que no ensino privado a média aproximada de alunos nesse mesmo período de pouco mais de 3.000 alunos (Moraes, 2019).

Além do acesso observou-se também a quantidade de concluintes nos cursos de Administração e Administração Pública, na esfera pública e privada tendo como referência os dados consolidados por Moraes (2019). Para o curso de Administração, verificou-se uma tendência de crescimento dos concluintes entre 2009 e 2012 na esfera pública. Por sua vez, no âmbito privado há um crescimento médio de 2009 até 2017 no número de concluintes. Entre 2015 e 2017 a quantidade de alunos concluintes em instituições privadas é substancialmente maior do que nas instituições públicas.

A importância dos estudos voltados à permanência estudantil no curso de Administração passa a ser percebida quando se compara a quantidade de alunos matriculados, de ingressantes e de concluintes. Na síntese de dados apresentada por Moraes (2019), que tem como referência os anos de 2016 e 2017, este comparativo é feito por região do país. O autor sinaliza que “não são disponibilizados dados estratificados por área e modalidade dentro dos cursos oferecidos em nível superior quando classificados por região brasileira. Ou seja, não há separação por tipos de curso (Administração e Administração Pública, por exemplo), nem por modalidades (presencial e a distância)” (Moraes, 2019, p. 63).

Discutindo os Estudos sobre Permanência

Para Pacheco et al. (2007), pesquisas recentes sobre permanência devem propor a análise de aspectos socioeconômicos e políticos dos estudantes, características individuais, de conjuntura (família) e de vocação profissional, assim como acerca das estruturas institucionais (estruturas físicas e pedagógicas, didática docente) e o acompanhamento dos alunos como estratégia de evitação de possíveis abandonos de curso. Autores como Abbad, Carvalho e Zerbini (2006), Carneiro, Silva & Bizarria (2014) e Rangel et al. (2019) evidenciam as vulnerabilidades acadêmicas estão interligadas e influenciam a permanência ou desistência do curso, sinalizando a compreensão sobre os laços afetivos, orientação vocacional, família, cultura e formação básica dos estudantes.

Nesse contexto, ao pesquisarem universitários bolsistas do PROUNI, Ariño e Dalvan (2018) afirmam que a família contribui para a permanência do estudante, vis-

to que para muitas famílias o filho é aquele que acessou pela primeira vez esse nível de ensino. Além da família, amigos e professores do ensino médio são influentes tanto para o ingresso, quanto para a permanência, pois agem como motivadores e, especificamente, os primeiros possuem uma significativa participação nas dificuldades financeiras. Questões de cunho financeiro representam um aspecto central nas decisões sobre permanência pelos universitários, pois faz-se necessário subsidiar os custos de vida (alimentação, moradia, transporte, gastos pessoais no geral) e os gastos com o curso (compra de materiais, fotocópias, taxas institucionais, entre outros).

O peso das origens para as diferenças atravessa as trajetórias escolares: a origem étnica, social e nacional do jovem e da sua família; o lugar de residência (subúrbio, centro da cidade, urbano, rural) e o gênero. A escola (neste estudo, o sistema de ensino superior) tende a penalizar os estudantes de origem popular, em grande parte negros, os jovens da área rural ou oriundos de habitações precárias (do centro da cidade ou das periferias). Assim, os dilemas da permanência incidem com maior força sobre aqueles jovens residentes em cidades do interior ou mais afastados do centro da cidade (Seabra, 2019). As condições de localidade do estudante também podem influenciar a sua permanência, visto os transtornos de deslocamento, a organização financeira da família e a precariedade no acesso à informação (Sampaio, 2011).

Muitos jovens dos meios populares evadem dos cursos superiores por diversas razões, tais como: condições socioeconômicas, baixo desempenho e reprovações, dificuldades em conciliar estudo e trabalho, perspectivas de carreira e incertezas quanto ao mercado de trabalho, didática e metodologia docentes inadequadas, carências em infraestrutura e serviços da instituição, lacunas de aprendizagem trazidas da educação básica, distância da moradia, insatisfação com o curso, vínculos fracos com colegas, professores e coordenação de curso; dificuldade de acesso a programas de assistência estudantil, (in)segurança pública e gravidez (Kampff, Cássia & Mentges, 2018).

Os resultados do estudo realizado por Silva (2017) corroboram com alguns dos resultados apresentados por Kampff, Cássia e Mentges (2018), onde o autor destaca que algumas dificuldades para a permanência de jovens no curso superior, derivadas de sua pesquisa com jovens universitários do Complexo da Maré (no Rio

de Janeiro): falta de incentivo por bolsas da instituição, ausência de um ambiente para estudo fora da instituição de ensino, conflitos internos do bairro (com impactos sobre os deslocamentos dos jovens), entendimento sobre o que se ensina, falta de apoio da família e dificuldade em conciliar atividades acadêmicas (como monitorias, extensão, iniciação científica).

Analisando o contexto da educação a distância, Carneiro, Silva & Bizarria (2014) elencam três categorias de elementos que impactam sobre a permanência no curso: fatores associados aos estudantes, associados ao curso e fatores ambientais. Quanto ao estudante, os autores destacam a performance no ensino médio, especialmente o rendimento escolar, indicado como potencializador para o bom desempenho no ensino superior e para a maior dedicação ao curso. Além disso, o conhecimento sobre informática, os hábitos de leitura e escrita, de interação com outras pessoas, a gestão dos tempos de trabalho, lazer e família são fatores tidos como influenciadores da permanência. Relativo ao curso, os autores ressaltam que programas, políticas e procedimentos adotados no curso, o apoio docente e pedagógico, a identificação com a instituição, o relacionamento com os demais colegas; e o suporte às ferramentas tecnológicas utilizadas são alguns fatores determinantes para que os indivíduos decidam permanecer estudando.

Com um olhar crítico sobre a permanência, em que pese ações institucionais (como políticas e distribuição de bolsas) e as dificuldades individuais dos estudantes, Mendes (2020) ressalta que se deve complexificar as análises sobre a não permanência, transcendendo a relação direta com as dificuldades financeiras de modo a compreender as desigualdades de classe, as violências simbólicas, as discriminações raciais, sexistas, capacitistas e de gênero como fatores que também dificultam a permanência no sistema de ensino pelo estudante. Nesse contexto, Mendes (2020) salienta que a análise desses aspectos deve ser articulada, pois é necessário refletir sobre formas de viabilização de políticas de permanência concretas.

Quanto ao curso de Administração, Souza e Reinert (2009) realizaram uma pesquisa com 400 alunos e ex-alunos de uma universidade federal com o objetivo de verificar os motivos que os levaram a ingressar e a permanecer no curso. Relativo à permanência, os autores observaram que identificação ou satisfação com a formação em Administração e com a carreira na área, características do curso, perseverança, desenvolvimento pessoal e profissional, vontade de obter um diplo-

ma de curso superior; e melhorar a situação financeira foram aspectos latentes e motivadores da permanência, dentre outros. Além de motivadores pessoais e do curso de Administração, as condições geográficas também despertaram atenção, especialmente quanto às condições de acesso, a indisponibilidade ou ausência de transporte público, ou de “caronas”. Em contrapartida, os alunos ressaltaram que as dificuldades na aprendizagem, os problemas pessoais e familiares, a ausência e tempo e de organização; e a falta de materiais para auxílio nos estudos representaram fatores centrais para a desistência da formação.

Fiuzza e Sarriera (2013) argumentam a necessidade de um modelo de análise da permanência pautado em três dimensões (pessoais, acadêmicos e contextuais) que envolva questões dos alunos e referentes aos cursos, de modo a explorar e sistematizar fatores que dizem respeito às ações dos discentes para a sua permanência no curso. Bisinoto (2016) corrobora sintetizando em três eixos motivadores para a (não)permanência dos estudantes no curso superior: as características pessoais; e as características internas e externas às instituições de ensino. O Quadro 1 resume essas características.

Pesquisando-se na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), relevante no campo da Administração no Brasil, foram encontrados seis artigos em Administração a partir do termo de busca “permanência”, sem limitação quanto ao período de publicação, mas apenas quatro deles referem-se à permanência no contexto escolar (Tibola et al., 2012; Alvarenga et al., 2012; Carneiro, Silva & Bizarria, 2014; Pacheco, Nakayama & Rissi, 2015). Quando pesquisados artigos sob o termo “evasão”, 13 estudos na área de Administração são identificados, dos quais 11 discutem a evasão de estudantes em cursos da área (Abbad, Carvalho & Zerbini, 2006; Nascimento & Esper, 2009; Santos et al., 2011; Mendonça et al., 2012; Gonzalez, Nascimento & Leite, 2016; Costa, Bispo & Pereira, 2018; Ensslin et al., 2018; Lott et al., 2018; Cielo et al., 2020) e tangenciam a análise da permanência (Carneiro, Silva & Bizarria, 2014; Pacheco, Nakayama & Rissi, 2015).

Na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foram encontrados 292 artigos com a palavra-chave “permanência”, sem definição de série-histórica, a partir do descritor “permanência”, porém somente três estudos (Felicetti, 2014; Darwich; Garcia, 2019; Mendes, 2020) analisam esse fenômeno no campo educacional. Ainda, foram identificados 252 artigos tendo como termo de pesquisa

Quadro 1. Fatores que contribuem a não-permanência estudantil.

Características pessoais	Características internas às instituições de ensino	Características externas às instituições de ensino
+ Habilidades de estudo; + Personalidade; + Formação escolar anterior; + Escolha precoce da profissão; + Dificuldades de adaptação à vida universitária; + Incompatibilidade entre demandas acadêmicas e do mercado de trabalho; + Desmotivação decorrente de cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; + Desinformação sobre os cursos; + Dificuldades na relação ensino-aprendizagem (reprovações constantes e/ou baixa frequência.	+ Currículos desatualizados e/ou alongados; + Alta exigência de pré-requisitos e pouca clareza sobre o projeto pedagógico do curso; + Questões didáticas e pedagógicas com critérios impróprios de avaliação de desempenho; + Falta de formação pedagógica ou desinteresse docente; + Ausência de programas institucionais de apoio ao discente; + Cultura institucional de desvalorização da docência; + Estrutura insuficiente de apoio ao ensino.	+ Mercado de trabalho; + Reconhecimento social sobre a carreira na área; + Conjuntura econômica; + Desvalorização da profissão; + Dificuldades financeiras do estudante; + Dificuldades da instituição de ensino frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais; + Ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas orientadas ao ensino de graduação.

Fonte: Adaptado de Bisinoto (2016).

“evasão”, sem definição do período de publicação, a partir do descritor “evasão” dos quais 73 retratam a evasão e seus desdobramentos (gestão, retenção, estratégias, motivações, entre outros) em diferentes realidades e níveis educacionais. Quanto aos eventos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) foram localizados 20 estudos a partir do termo “permanên-

cia”, entretanto, somente quatro trabalhos apresentados nos eventos discutem a permanência educacional (Lacerda, Reis & Santos, 2007; Souza & Reinert, 2009; Pinto & Onusic, 2016). Por outro lado, dos 21 trabalhos apresentados nos eventos da ANPAD, sendo o termo de pesquisa “evasão”, 12 discutem esse fenômeno no ambiente acadêmico.

Nota-se que os estudos, mesmo que sinalizem em seus títulos a palavra “permanência”, em sua maioria centralizam suas análises sobre as causas ou motivações para a evasão, assim também sobre as possibilidades de gestão e estratégias para a retenção ou diminuição das taxas de alunos evadidos ou em vias de evadir. Percebe-se que permanência é um fenômeno retratado como um contraponto à evasão, exclusivamente. Sobretudo, observou-se que permanência é um fenômeno comumente abordado em pesquisas na área da Administração em conjunto com os termos evasão, abandono, retenção e persistência – como apontam as palavras-chave das pesquisas.

Quanto ao público investigado nas pesquisas em que a permanência é um fator central de análise, os estudos de Felicetti (2014), Alvarenga et al. (2012), Pinto e Onusic (2016), Darwich e Garcia (2019) e Mendes (2020) perpassam discussões relevantes: a investigação sobre a realidade de jovens estudantes de escolas públicas; alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI); marcadores sociais de diferença (classe, raça, gênero, sexualidade, deficiência) em articulação com políticas de reconhecimento e de redistribuição na permanência de estudantes; o direito do acesso à educação por grupos sociais menos favorecidos; e a implementação de políticas de permanência em universidades federais.

Relativo às sugestões de pesquisas futuras sobre permanência estudantil indicados pelos estudos, foi notável uma multiplicidade de caminhos. Mendes (2020) ressalta a possibilidade de novas epistemologias e problematizações quanto à presença de novos sujeitos nas universidades (grupos sociais minorizados), destacando a responsabilidade das instituições de ensino sobre a permanência dos estudantes. Felicetti (2014) aponta para a compreensão do esforço pessoal para a permanência, bem como as características do percurso até a conclusão do curso superior. Darwich e Garcia (2019) corroboram Felicetti (2014) ao salientarem que a permanência é resultante de escolhas e decisões individuais – socialmente construída e de responsabilidade compartilhada. Já Lacerda, Reis e Santos (2008) atentam

para o entendimento dos fatores motivacionais para a permanência ou desistência e as implicações sobre o desempenho acadêmico, servindo como subsídio para ações pelas instituições de ensino e coordenações de curso.

Considerações Finais

O objetivo deste ensaio teórico foi analisar a importância dos estudos voltados para a retenção do aluno sob o ponto de vista do curso superior em Administração, com foco nos aspectos simbólicos e culturais que influenciam a permanência estudantil. Ao longo do texto, desenvolvemos uma análise abrangente sobre os diversos fatores que afetam a permanência dos estudantes, destacando-se tanto as questões materiais quanto as simbólicas e culturais. A trajetória histórica do curso de Administração no Brasil foi revisada, destacando a evolução das instituições e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

Na seção sobre permanência estudantil, discutimos a definição do termo e as diferentes perspectivas adotadas pelas políticas de permanência e assistência estudantil. Evidenciou-se a importância das ações institucionais, bem como os esforços individuais dos estudantes para se manterem no curso, considerando obstáculos materiais, simbólicos e culturais. Em seguida, realizamos uma discussão detalhada sobre estudos da área, destacando as vulnerabilidades acadêmicas e os fatores que influenciam a permanência ou desistência dos cursos. Apresentamos dados sobre a permanência nos cursos de Administração e Administração Pública, ressaltando as diferenças regionais e as características dos estudantes e das instituições.

Concluimos que a permanência estudantil é um fenômeno complexo, influenciado por uma combinação de fatores individuais, institucionais e contextuais. A análise integrada desses fatores permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas envolvidas na trajetória acadêmica dos estudantes. Acreditamos que pesquisas orientadas ao estudo da permanência estudantil são importantes por diversas razões: é crucial entender a interface com a gestão universitária, as políticas de ações afirmativas e assistenciais, e a própria agência do estudante para se manter estudando; fomentar discussões e propostas concretas para as instituições educacionais voltadas à garantia da permanência do estudante no curso superior;

elucidar as realidades dos diferentes grupos juvenis no ensino superior, bem como as realidades de vida que influenciam as decisões de permanência.

Para futuras pesquisas sobre permanência estudantil no curso de Administração, sugere-se a exploração de diferenças étnicas, sociais e de gênero, investigando como essas variáveis impactam a trajetória acadêmica dos estudantes, considerando as especificidades de cada grupo. Além disso, é importante estudar a influência do local de residência e as dificuldades de deslocamento, especialmente daqueles oriundos de áreas rurais ou periféricas, bem como aprofundar a relação entre condições financeiras, satisfação com o curso e a instituição, e a motivação dos alunos para continuar seus estudos.

Outro eixo relevante para investigações futuras envolve as características institucionais, como estrutura física, políticas de apoio, cultura organizacional e clima acadêmico, e sua influência sobre a permanência. Além disso, fatores externos, como as dinâmicas do mercado de trabalho e o reconhecimento social da carreira em Administração, também podem afetar a decisão de continuar os estudos e merecem maior atenção na literatura.

No que se refere às abordagens metodológicas, sugere-se a adoção de estratégias diversificadas para captar a complexidade do fenômeno da permanência estudantil. Pesquisas qualitativas, por exemplo, podem se beneficiar de métodos como estudos de caso, narrativas biográficas e etnografias institucionais, que possibilitam uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos estudantes. Já as abordagens mistas, que combinam técnicas quantitativas e qualitativas, como a triangulação de métodos, podem ser úteis para integrar diferentes perspectivas e fornecer uma visão mais ampla do tema. Estudos comparativos entre instituições públicas e privadas, por exemplo, podem empregar análise estatística de indicadores de retenção combinada com entrevistas em profundidade para captar nuances institucionais e contextuais.

Finalmente, é fundamental avaliar a eficácia das políticas e programas de assistência estudantil existentes, identificando suas limitações e propondo novas estratégias para apoiar os estudantes de forma equitativa. Pesquisas de avaliação de impacto, utilizando métodos como experimentos naturais ou estudos longitudinais, podem contribuir para uma compreensão mais precisa dos efeitos dessas políticas na permanência e no desempenho acadêmico.

Estas recomendações visam fomentar uma agenda de pesquisa que contribua para um entendimento mais profundo e abrangente da permanência estudantil, permitindo o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e equitativas no ensino superior.

Referências

- Abbad, G., Carvalho, R. S., & Zerbini, T. (2006). Evasão em curso via internet: explorando variáveis explicativas. *RAE Eletrônica*, 5(2), 1-16. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482006000200008>
- Almeida, O. C. S. de. (2007). *Evasão em cursos à distância: validação de instrumento, fatores influenciadores e cronologia da desistência* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3912>
- Alvarenga, C. F., et al. (2012). Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 6(1), 55-71. <https://doi.org/10.12712/rpca.v6i1.11083>
- Ariño, D. O., & Delvan, J. da S. (2018). As trajetórias dos acadêmicos bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 12(2). <https://doi.org/10.24879/2018001200200192>
- Barros, A. N. de, & Carrieri, A. P. (2013). Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE. BR*, 11, 256-273. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000200005>
- Barros, A. (2017). Antecedentes dos cursos superiores em Administração brasileiros: as escolas de comércio e o curso superior em Administração e Finanças. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(1), 88-100. <https://doi.org/10.1590/1679-395146748>
- Bertero, C. O. (2006). *Ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: Thomson Learning.
- Bisinoto, G. D. S. (2016). *Gestão da permanência: um estudo sobre o perfil socioeconômico, permanência e evasão dos discentes do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UAB/UNEMAT* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Rondônia. <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/1952/>
- Carneiro, T. C. J., Silva, M. A., & Bizarria, F. P. A. (2014). Fatores que afetam a permanência dos discentes em cursos de graduação a distância: um estudo na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Gestão e Sociedade*, 8(20), 651-669. <https://doi.org/10.21171/ges.v8i20.1994>
- Cielo, I. D., Sanches-Canevesi, F. C., Schmidt, C. M., & Tolentino, K. B. (2020). Evasão nos cursos de Secretariado Executivo no Brasil: uma análise necessária. *Revista De Gestão E Secretariado*, 11(1), 81-105. <https://doi.org/10.7769/gesec.v11i1.1074>
- Costa, F. J., Bispo, M. S., & Pereira, R. C. F. (2018). Dropout and retention of undergraduate students in management: a study at a Brazilian Federal University. *RAUSP Management Journal*, 53, 74-85. <https://doi.org/10.1016/j.rauspm.2017.12.007>

- Darwich, R. A., & Garcia, M. L. G. (2019). Grupos vivenciais e permanência com sucesso na escola: conquista de direitos. *Revista Katálisis*, 22(3), 558-565. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p558>
- Ensslin, S. R., et al. (2018). Gestão Pública: Construção de um modelo construtivista para apoiar a Escola Virtual de Administração Pública de Santa Catarina no combate à evasão da capacitação a distância. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 17(4), 90-110. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v17i4.2634>
- Felicetti, V. L. (2014). Comprometimento do aluno ProUni: acesso, persistência e formação acadêmica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 95(241), 526-543. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/301911955>
- Felinto, J. F. (2019). Ensino superior privado: a permanência dos estudantes que ingressaram por políticas de financiamento estudantil-FIES e Programa Universidade para Todos-PROUNI [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18746?locale=pt_BR
- Fiuza, P. J., & Sarriera, J. C. (2013). Motivos para adesão e permanência discente na educação superior a distância. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 884-901. <https://doi.org/10.1590/S1414-9893201300400009>
- Fontele, T. L. L., & Crisóstomo, V. L. (2016). PROUNI - pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 21(3), 739-766. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005>
- Gonzalez, R. A., Nascimento, J. G., & Leite, L. B. (2016). Evasão em cursos à distância: um estudo aplicado na Universidade Corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia. *Revista do Serviço Público - RSP*, 67(4), 627-648. <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i4.1231>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. (2018). *Censo da Educação Superior – notas estatísticas 2017 (Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED)*. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censodaeducacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf
- Kampff, A. J. C., Cássia, R. P. T., & Mentges, M. J. (2018). Gestão da permanência no ensino superior: fatores de evasão e estratégias de permanência presentes nas pesquisas brasileiras. *Conferência Latino-Americana Sobre o Abandono em Educação Superior, VIII*, Panamá.
- Lacerda, J. R., Reis, S. M., & Santos, N. A. (2008). Os fatores extrínsecos e intrínsecos que motivam os alunos na escolha e na permanência no curso de ciências contábeis: um estudo da percepção dos discentes numa universidade pública. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 27(1), 67-81. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v27i1.7165>
- Lott, A. C. O., et al. (2018). Persistência e evasão na educação a distância: examinando fatores explicativos. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(2), 149-171. <https://doi.org/10.21529/RE-CADM.2018006>
- Maciel, C. E., Cunha, M., & Lima, T. S. (2019). A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 45. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945198669>
- Magalhães, J. G. (2015). Evasão e permanência escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto: uma memória escolar [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. <https://bdm.unb.br/handle/10483/14571>

- Mendes, M. T. (2020). Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. *Revista de Estudos Universitários-REU*, 46(2), 385-407. <https://doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407>
- Mendonça, C. M. C. D., Souza, T., Campos, D. F., & Nóbrega, K. C. (2012). Análise da importância, desempenho e influência de serviços na retenção de alunos em curso de Administração. *Gestão & Planejamento-G&P*, 13(2), 294-314. <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/1136/1708>
- Mello, S. P. T. D., Santos, E. G. D., Brisolara, L. S., Silva, R. E. S. D., & Koglin, J. C. D. O. (2013). O fenômeno evasão nos cursos superiores de tecnologia: um estudo de caso em uma universidade pública no sul do Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/113096>
- Moraes, J. P. (2019). Inserção profissional e mobilidade social dos egressos dos cursos de Administração no Brasil [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196038>
- Nagai, N. P., & Cardoso, A. L. J. (2017). A evasão universitária: uma análise além dos números. *Revista Estudo & Debate*, 24(1), 193-215. <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v24i1a2017.1271>
- Nascimento, T. P. C., & Esper, A. (2009). Evasão em cursos de educação continuada a distância: um estudo na Escola Nacional de Administração Pública. *Revista do Serviço Público*, 60(2), 159-173. <https://doi.org/10.21874/rsp.v60i2.19>
- Pacheco, A. S. V., et al. (2007). Fatores que influenciam na evasão nos cursos de graduação na modalidade a distância. In *Anais do I Encontro de Administração da Informação*, Florianópolis, Brasil.
- Pacheco, A. S. V., Nakayama, M. K., & Rissi, M. (2015). Evasão e Permanência dos Estudantes de um Curso de Administração a Distância do Sistema Universidade Aberta do Brasil: uma teoria multiparadigmática. *Revista de Ciências da Administração*, 1(1), 65-81. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p65>
- Pinto, F. P., & Onusic, L. M. (2016). Implementação das políticas de permanência das universidades federais do Estado de São Paulo: estudo multicaso. *Encontro da ANPAD XL*, Costa do Sauípe.
- Rangel, F. O., et al. (2019). Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. *Ciência & Educação (Bauru)*, 25, 25-42. <https://doi.org/10.1590/1516-731320190010003>
- Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*, 4, 28-43. <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>
- Santos, G. A. L., et al. (2011). A evasão no ensino superior privado: um estudo de caso em uma instituição de ensino brasileira. *Revista Ciências Administrativas*, 17(1), 180-194. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/3234>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 75-106. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10120/10123.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- Silva, F. C. (2017). Gestão da evasão na EAD: modelo estatístico preditivo para os cursos de graduação a distância da Universidade Federal de Santa Catarina [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179913/347995.pdf>
- Souza, S. C., Gonçalves, R. M. L., & Souza, G. H. D. (2017). Vestibular x SISU: uma análise das mudanças nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da UFV/CRP. *Revista Evidência*, 13(13). Disponível em: <https://ojs.uniaraxa.edu.br/index.php/evidencia/article/view/535/512>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Souza, S. A., & Reinert, J. N. (2009). Motivação para entrada e permanência nos cursos de graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. In *Anais do 33º Encontro da ANPAD (EnANPAD)*, São Paulo, Brasil.

Tibola, J. A., et al. (2012). Antecedentes da permanência de estudantes de uma instituição de ensino superior: um modelo confirmatório. *Revista Alcance*, 19(1), 83-100. <https://doi.org/10.14210/alcance.v19n1.p83-100>